PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **PRODESAN – Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A.** examinou as Demonstrações Contábeis da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, complementadas por Notas Explicativas, elaboradas em consonância com o que determina a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela legislação societária, através das Leis nºs. 11.638/2007 e 11.941/2009, e suas alterações. Com base nos resultados apresentados nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31.12.2024 os membros efetivos do Conselho Fiscal constataram que o resultado do exercício apresentou lucro de R\$ 66,7 milhões, o fator principal foi o desconto obtido no parcelamento junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no montante de R\$ 84,2 milhões que permitiu a redução dos encargos financeiros referente a multas, juros e correção monetária, os débitos estavam em Dívida Ativa e estavam sendo negociados desde setembro/23, o parcelamento foi deferido em dezembro/24. Verificamos que o saldo dos débitos em dívida ativa no montante de R\$ 57 milhões, estão sendo parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, consolidado vai permitir uma redução do passivo para o exercício de 2025. Em relação a renegociação do Termo nº 43/2011 de Compromisso de Pagamento de Débitos firmado com a PMS referente ao parcelamento da Lei 11.941/2009 e Lei 10.522/2002 apesar dos esforços da Prodesan junto a PMS para pagamento da dívida mediante dação de imóveis e proposta de parcelamento, a negociação continua sem solução, gerando aumento dos encargos financeiros, absorvendo o lucro operacional e impactando o resultado do exercício. Conforme consta no relatório dos Auditores Independentes a base para opinião com ressalva foi as obrigações tributárias não recolhidas em diversos exercícios passados, por vezes parcelados e reparcelados, mas não tendo continuidade nas amortizações, trouxeram como consequência prejuízos financeiros com representatividade nas demonstrações contábeis da companhia, evidenciado através do patrimônio líquido a descoberto no exercício. A Administração Municipal e Prodesan deverão procurar uma solução para equacionar os débitos junto ao Fisco Federal e Municipal, para dar continuidade ao saneamento da empresa. O Conselho Fiscal levando em consideração as análises realizadas, as práticas adotadas para o encerramento do Balanço Patrimonial, tudo em consonância com a legislação em vigor e o Parecer dos Auditores Independentes, firma opinião que os citados documentos estão em condições de serem aprovados e submetidos a final apreciação e aprovação dos Acionistas. Não compareceu na reunião o Sr. José Duarte de Almeida Alves.

Santos, 27 de Março de 2025.

MARLI NUNES DE SOUZA

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA FILHO

EDÉLCIO FRANCISCO ANSELMO

FÁTIMA APARECIDA JARDIM DO NASCIMENTO